



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005420-90.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificação**
Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI
 Requerente: **Claudecir Aparecido Soares**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.

Fundamento e decido.

Postula a parte autora condenação ao pagamento de quinquênio, calculado com base em seus vencimentos integrais, incluindo-se as vantagens pecuniárias não eventuais.

A pretensão merece parcial acolhimento.

Observa-se que a Lei 12.153/09, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios prevê, em seu artigo 18 que: Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material.

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por seu turno, no uso das atribuições, editou a Resolução nº 553/2011 que assim estabelece:

(...) Art. 10. Quando houver multiplicidade de pedidos de uniformização de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

interpretação de lei com fundamento em idêntica questão de direito, caberá ao Presidente da Turma de Uniformização selecionar, para julgamento, um ou mais feitos representativos da controvérsia, sobrestando os demais até o respectivo pronunciamento.

§ 1º. Julgado o mérito do pedido de uniformização, os demais pedidos sobrestados serão apreciados pelas Turmas Recursais, que poderão exercer juízo de retratação ou de prejudicialidade, se tais pedidos veicularem tese não acolhida pela Turma de Uniformização.

§ 2º. Mantida a decisão pela Turma Recursal, poderá a Turma de Uniformização, mediante provocação do interessado, cassar ou reformar, liminarmente, o acórdão contrário à orientação firmada. (...) sublinhei.

De referido parágrafo se conclui que a decisão da Turma de Uniformização deve ser aplicada, obrigatoriamente, no âmbito dos Juizados.

Como nesta Comarca não há Juizado da Fazenda Pública instalado, este Juízo decide as questões que nele teriam trâmite, adotando o seu rito de procedimento.

Para o caso em questão a Turma de Uniformização firmou tese, que deve ser seguida, conforme acórdão abaixo transcrito.

ACÓRDÃO

*Vistos, relatados e discutidos estes autos do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei nº 0000008-55.2015.8.26.9021, da Comarca de São Carlos, em que é recorrente PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, é recorrido RONALDO DIAS. ACORDAM, em Turma de Uniformização do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso, nos termos que constarão do acórdão. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão. O julgamento teve a participação dos MM. Juízes JOSÉ CARLOS FERREIRA ALVES (Presidente sem voto), HUMBERTO ROCHA, VALDIR DA SILVA QUEIROZ JÚNIOR, PAULO ROBERTO CICHITOSI E MARIA DO CARMO HONORIO. São Paulo, 4 de maio de 2016. Marcio Bonetti RELATOR Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Turma Uniformização - Juizados Especiais Fórum João Mendes Jr, 18ª Andar - sala 1824, Centro - CEP 01501-900, Fone: 11 2171-6177, São Paulo-SP Processo nº: 0000008-55.2015.8.26.9021 - Fórum de São Carlos Recorrente: **Procuradoria Geral do***



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Estado Recorrido: Ronaldo Dias Voto n. 239. “ADICIONAIS TEMPORAIS – Quinquênio - Sexta Parte - Direito adquirido após Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998 - Incidência sobre o vencimento-padrão e sobre as verbas que claramente integram o vencimento do servidor de forma permanente, excluídas somente as verbas de natureza eventual e transitória-Deve-se verificar, em cada caso concreto, se e quais verbas remuneratórias, a despeito de sua designação, devem ser consideradas reajustes do vencimento - Vedado efeito cascata - Uniformização de jurisprudência nesse sentido.” Vistos. FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO apresentou Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei, com o fim de fazer prevalecer a tese de que os adicionais temporais (quinquênios e sexta-parte) somente possam incidir sobre o vencimento básico do servidor, vedada a incidência sobre vantagens de qualquer natureza. Voto. O pedido atende ao requisito de admissibilidade, pois pretende a uniformização de jurisprudência divergente de Turmas Recursais (art. 3º da Resolução 553/11 do OE). Tempestivo e devidamente preparado (art. 6º, § 1º), observou também o pressuposto formal extrínseco (art. 6º, § 2º, parte inicial); e, no que tange ao intrínseco, (§ 2º, parte final), extrai-se da exposição Pedido de Uniformização de Interpretação de adequada demonstração analítica da divergência (§ 2º, parte final), que se cinge à base de cálculo dos quinquênios e da sexta parte dos servidores públicos. De fato, algumas Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de São Paulo reconhecem o direito do servidor em receber os quinquênios e a sexta parte sobre os vencimentos integrais e outras restringem a base de cálculo do referido adicional ao chamado “salário-base”. A celeuma teve origem em razão do disposto no artigo 129 da Constituição Paulista de 1989, que se referiu a “vencimentos integrais” apenas quando dispôs sobre a sexta-parte. Confira-se: “Art. 129 -Ao servidor público estadual é assegurado o recebimento do adicional por tempo de serviço, concedido no mínimo, por quinquênio, e vedada a sua limitação, bem como a sexta-parte dos vencimentos integrais, concedida aos vinte anos de efetivo exercício, que se incorporarão aos vencimentos para todos os efeitos, observado o disposto no artigo 115, XVI, desta Constituição.” (grifo meu). A divergência oriunda da interpretação desse dispositivo legal deu ensejo a vários julgados, que culminaram com o Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

193.485-1/6-03, Relator Leite Cintra, da Comarca de São Paulo, em que foi suscitante a Egrégia Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça (1ª Seção Civil), jugado em 17 de maio 1996, cuja ementa dispõe: “SERVIDOR PÚBLICO SEXTA-PARTE Incidência sobre todas as parcelas componentes dos vencimentos, entendendo-se por vencimentos integrais o padrão mais as vantagens adicionais efetivamente recebidas, salvo as eventuais Uniformização da jurisprudência nesse sentido.” Essa jurisprudência, entretanto, foi superada a partir da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, que alterou significativamente o texto do inciso XIV do art. 37 da Constituição Federal de 1988, passando a enunciá-lo: “os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.” A alteração constitucional feita pela referida Emenda nº 19/1998 teve por objetivo superar a jurisprudência firmada pelo próprio Supremo Tribunal Federal, conforme pode ser inferido do voto da Ministra Cármen Lucia, nos autos do RE 563708/MS, j. 06/02/2013, a saber: “5. (...) Tem-se, claramente, que a alteração constitucional teve por objetivo superar a jurisprudência firmada neste Supremo Tribunal, pois apenas foi excluída a sua parte final, fundamento de toda a orientação jurisprudencial constitucional. 6. (...) Todavia, ao contrário do que se tinha com o inc. XI do art. 37 da Constituição, o inc. XIV alterado não condiciona a sua eficácia à edição de lei alguma, ou seja, sua aplicabilidade é imediata, independente de qualquer outro ato para produzir efeitos.” Dessa forma, a interpretação mais coerente é no sentido de que, a partir da Emenda Constitucional nº 19/1998, o cálculo dos adicionais temporais deve ser feito apenas sobre o padrão de vencimento e não sobre os vencimentos integrais. Nesse sentido o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, conforme as seguintes ementas:

“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO. ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO QUE EXCLUIU OCORRÊNCIA DE EFEITO CASCATA. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE SALARIAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. A orientação jurisprudencial do STJ, em face do art. 37, inc. XIV, da CF, já



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

se manifestou pela impossibilidade de cumulação de benefícios e de vantagens pecuniárias para fins de concessão de acréscimos ulteriores (grifo meu). 2. Ademais, tanto a orientação jurisprudencial do STF quanto a do STJ são pela inexistência de direito adquirido a regime jurídico, de tal modo que os critérios de vencimentos e proventos podem ser modificados, desde que não haja diminuição no valor nominal percebido pelo servidor público. 3. A par dessas premissas jurídicas, ressalta-se que o exame dos autos revela a inexistência de redução nominal do salário percebido pelos ora impetrantes, conforme destacado pelo próprio Tribunal de origem. 4. Agravo regimental não provido.” (AgRg no RMS46276/MS, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA 2014/0207160-5, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, T2 -SEGUNDA TURMA, j.: 24/02/2015, DJe 02/03/2015). “AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. BASE DE CÁLCULO. INCIDÊNCIA RESTRITA AO VENCIMENTO BÁSICO -IMPOSSIBILIDADE DE SUPERPOSIÇÃO -INEXISTÊNCIA DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO RECLAMADO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ (grifo meu). 1. A Constituição da República proíbe a concessão de vantagens em repique, gerando o chamado "efeito cascata", não sendo outro o sentido da jurisprudência consolidada no âmbito desta Corte Superior. 2. A redução de remuneração e proventos em adequação à nova ordem constitucional inaugurada pela Constituição Federal de 1988 encontra expressa previsão no artigo 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, inexistindo direito líquido e certo à forma de cálculo da vantagem. 3. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que o adicional de tempo de serviço incide exclusivamente sobre o vencimento básico do cargo efetivo do servidor, não alcançando as demais vantagens, inclusive aquelas decorrentes do exercício de cargo comissionado (grifo meu). 4. Agravo regimental improvido.” (AgRg no REsp 702292 / CE AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2004/0158360-2, Relator Ministro HAMILTON CARVALHIDO, T6 -SEXTA TURMA, j. 03/06/2008, DJe 01/09/2008). O Tribunal Superior do Trabalho (TST) segue a mesma linha de raciocínio, tendo, inclusive, editado a Orientação Jurisprudencial


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Transitória nº 60 da SBDI-1, in verbis: “ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. BASE DE CÁLCULO. SALÁRIO-BASE. ART. 129 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. (DJ 14.03.2008) (republicada em decorrência de erro material) -DEJT divulgado em 11, 12 e 13.04.2011. O adicional por tempo de serviço quinquênio -, previsto no art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, tem como base de cálculo o vencimento básico do servidor público estadual, ante o disposto no art. 11 da Lei Complementar do Estado de São Paulo nº 712, de 12.04.1993. Ratificando esse entendimento existem vários julgados do Tribunal Superior do Trabalho, conforme pode ser inferido das seguintes ementas: “(...) 2. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIO). BASE DE CÁLCULO. Na forma elencada pela Orientação Jurisprudencial Transitória nº 60 da SDI-1 desta Corte Superior, “o adicional por tempo de serviço -quinquênio-, previsto no art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, tem como base de cálculo o vencimento básico do servidor público estadual, ante o disposto no art. 11 da Lei Complementar do Estado de São Paulo nº 712, de 12.04.1993”. Nesse contexto, a decisão proferida pelo Tribunal a quo merece reforma, para adequar-se à jurisprudência pacificada desta Corte Superior, consubstanciada na diretriz da orientação jurisprudencial supramencionada, na medida em que o Regional entendeu que o adicional por tempo de serviço devia ser calculado sobre os vencimentos integrais da reclamante. Recurso de revista conhecido e provido.” (grifo meu) -(Processo: RR 1963-70.2012.5.02.0057 Data de Julgamento: 29/04/2015, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 04/05/2015). “ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. QUINQUÊNIOS. BASE DE CÁLCULO. SALÁRIO BÁSICO DO SERVIDOR. ARTIGO 129 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL TRANSITÓRIA Nº 60 DA SBDI-1 DESTA CORTE. Nos termos da Orientação Jurisprudencial Transitória nº 60 da SBDI-1 desta Corte, -o adicional por tempo de serviço -quinquênio -, previsto no art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, tem como base de cálculo o vencimento básico do servidor público estadual, ante o disposto no art. 11 da Lei Complementar do Estado de São Paulo nº 713, de 12.04.1993-Recurso de revista conhecido e provido.” (grifo meu) -(RR 1168-03.2011.5.15.0004, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, j.:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

03/12/2014, DEJT 06/03/2015). “RECURSO DE REVISTA. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. QUINQUÊNIO. BASE DE CÁLCULO. ARTIGO 129 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. No tocante à base de cálculo do adicional por tempo de serviço dos servidores públicos do Estado de São Paulo, esta colenda Corte Superior tem reiteradamente decidido pela incidência deste sobre o salário básico, sob pena de ensejar projeção do adicional referenciado sobre os demais acréscimos pecuniários, em flagrante ofensa ao artigo 37, XIV, da Constituição Federal. Entendimento consubstanciado na Orientação Jurisprudencial Transitória 60 da SBDI-1, segundo a qual “o adicional por tempo de serviço -quinquênio -, previsto no art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, tem como base de cálculo o vencimento básico do servidor público estadual, ante o disposto no art. 11 da Lei Complementar do Estado de São Paulo nº 713, de 12.04.1993”. Dessa forma, o v. acórdão recorrido deve ser reformado para determinar que o adicional por tempo de serviço seja calculado com base no vencimento básico da servidora. Recurso de revista conhecido por contrariedade à Orientação Jurisprudencial Transitória 60 da SBDI-1 e provido.” (grifo meu) -(Processo: RR 2781-03.2012.5.15.0011, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, j: 12/11/2014, DEJT 14/11/2014). “RECURSO DE REVISTA. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. QUINQUÊNIO. BASE DE CÁLCULO. ARTIGO 129 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. A jurisprudência desta Corte entende que: “o adicional por tempo de serviço -quinquênio -, previsto no art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, tem como base de cálculo o vencimento básico do servidor público estadual, ante o disposto no art. 11 da Lei Complementar do Estado de São Paulo nº 713, de 12.04.1993” (Orientação Jurisprudencial Transitória 60 da SBDI-1). Dessa forma, o acórdão recorrido deve ser reformado para determinar que o adicional por tempo de serviço seja calculado com base no vencimento básico da servidora. Recurso de revista conhecido por contrariedade à Orientação Jurisprudencial Transitória 60 da SBDI-1 e provido.” (grifo meu) -(Processo: RR 1483- 33.2011.5.02. 0088 Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, j.: 06/08/2014, DEJT 08/08/2014). Isso significa que, com a eficácia da Emenda constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, que é lei de hierarquia


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

superior, foi derogado o art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo na parte em que indicava por base de incidência do adicional de sexta-parte os vencimentos integrais. A partir de 5 de junho de 1998, então, alterou-se o critério do cálculo desses adicionais, sem reconhecimento de direito adquirido a regime jurídico, mas com observância da garantia da irredutibilidade do montante de vencimentos ou proventos. Por isso, é relevante distinguir se o benefício pecuniário foi adquirido antes ou depois de 4 de junho de 1998, data da Emenda Constitucional nº 19. Para melhor compreensão, vejamos:

***SEXTA-PARTE:** Aquisição do direito à vantagem da sexta- parte remuneratória antes de 5 de junho de 1998: o benefício deve ser calculado sobre todas as parcelas componentes dos vencimentos (padrão mais as vantagens adicionais efetivamente recebidas), salvo as eventuais. Após 05 de junho de 1998, ou seja, a partir da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 19, a sexta-parte incidirá apenas sobre o vencimento, preservando-se, contudo, o valor nominal da remuneração, cujo decesso implicaria violação da garantia constitucional de irredutibilidade remuneratória. **QUINQUÊNIO:** A disciplina do quinquênio, que não teve sua base de incidência definida pelo art. 129 da Constituição Paulista, deve ser buscada na lei e na jurisprudência, com consideração da supremacia dos princípios constitucionais. Assim, há que ser considerado o disposto no artigo 127 da Lei Estadual nº 10.2613, de 28 de outubro de 1968, a saber: “Artigo 127. O funcionário terá direito, após cada período de 5 (cinco) anos, contínuos, ou não, à percepção de adicional por tempo de serviço, calculado à razão de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento ou remuneração, a que se incorpora para todos os efeitos.” (grifo meu). Note-se que esse dispositivo legal prevê a contagem sobre o vencimento, ou seja, sobre o padrão remuneratório ou “salário básico”, seguindo o entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça. A questão já foi enfrentada pela Turma Especial de Direito Público, nos autos da Assunção de Competência na Apelação Cível n. 0087273-47.2005.8.26.0000, julgado em 18 de maio de 2012, Relator Desembargador Sidney Romano dos Reis, de cuja ementa extrai-se o seguinte resultado: “O adicional por tempo de serviço “qüinqüênio” incide sobre todas as verbas que claramente integrem o vencimento padrão do servidor, de caráter permanente, excluídas somente as verbas de natureza eventual e transitória. (...)Anotese, entretanto, que a incidência de dois ou mais “qüinqüênios” deve-*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

se dar de maneira isolada a fim de se evitar o descabido "bis in idem" de adicionais, isto é, o quinquênio sobre quinquênio tal como existia sob a égide constitucional pretérita - Inteligência do art. 37, X/V, da CF -Precedente do C. STF (...)." Em suma, a base de cálculo do quinquênio já foi definida em consonância com o sentido constitucional, de tal modo que deve ser composta pelo "salário-base" (padrão) e pelas verbas que claramente integram o vencimento do servidor de forma permanente, excluídas somente as verbas de natureza eventual e transitória. REAJUSTES DO VENCIMENTO: O fato de o adicional temporal incidir apenas sobre o vencimento padrão (salário-base), entretanto, não exclui a possibilidade de detida consideração das vantagens que possam, acaso, ser inerentes ao vencimento (singular), pois é conhecida a prática das Administrações de conceder aumentos disfarçados de "gratificações", "adicionais", "prêmios" ou outras verbas específicas, mas que atingem, na verdade, a todos os servidores. Essa prática já foi constatada em vários julgados do TJSP e consagrada em ementas dos votos do eminente Desembargador Ricardo Dip, conforme pode ser inferido do seguinte exemplo: "A base de incidência dos quinquênios e da sexta-parte (adquirida esta depois da Ec nº 19) é o vencimento básico. O problema real remanescente está em dizer que coisa é esse vencimento. Essa dificuldade é tributária da circunstância de que alguns aportes pecuniários, que a lei designa gratificações ou adicionais, constituem, na verdade, reajustes remuneratórios. E, nessa condição, integram o vencimento. Algumas das "gratificações" remuneratórias não constituem vantagem convergente ao vencimento, mas, isto sim, reajustes desse estipêndio. Por isso, não se juntam a ele, senão que inerem nele. Basta ver que são "gratificações" concedidas de modo geral, sem corresponder a atuação singularizada." (Ap. 0101567-08.2006.8.26.0053, Rel. Ricardo Dip, 11ª Câmara de Direito Público. J. 17/03/2015). Nessas condições, cabe verificar, em cada caso concreto, se e quais singulares verbas remuneratórias, a despeito de sua designação (gratificações, adicionais, prêmios etc.), devem considerar-se reajustes do vencimento. A questão foi bem analisada nos autos Ap. nº 0101567-08.2006.8.26.0053 pelo Relator Ricardo Dip, cujas palavras peço vênias para reproduzir: "O problema não é de designação do benefício pecuniário, não é de "nomen", é de "numen". Se, denominado embora gratificação ou adicional, o suposto "acréscimo" remuneratório não é vantagem


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

monetária acrescida de modo accidental, mas reajustamento remuneratório, exatamente porque se agrega (ou inere) ao vencimento (no singular), integra a base de cálculo dos adicionais, assim também a dos quinquênios e da sexta-parte.(...) Tal se lê em julgados do egrégio Supremo Tribunal Federal, o problema não pode ficar à mercê de rótulos (RE 195.092 -Rel. Min. MARCO AURÉLIO, j. 9-6-1992) “Os dribles ao artigo 40, § 4º (atual § 8º) da Constituição Federal hão de ser coibidos, sob pena de o preceito vir a ser totalmente esvaziado” nem esvair-se por meio da legislação infraconstitucional: Pouco importa (extraí-se do RE 197.648 -Pleno -Rel. Min. ILMAR GALVÃO) a lei ordinária prever que uma parcela, por natureza, remuneratória, não é remuneratória. A ordem natural das coisas tem uma força insuplantável. Se as “gratificações” são devidas “pelo exercício do cargo, e só em função do exercício do cargo, sem nada a ver com o desempenho pessoal de cada servidor” colhe-se no RE 197.648 (j. 21-6-2002) elas constituem remuneração. Assim, gratificações que não são transitórias, senão que se incluem nas remunerações dos servidores beneficiados, devem integrar a base de cálculo seja dos adicionais por tempo de serviço, seja, quando o caso, da sexta-parte.” Nesse caso não há óbice à consideração das denominadas “gratificações”, ou outra designação que se dê ao reajuste disfarçado de vencimento, em razão do disposto no art. 37, XIV, da Constituição Federal, uma vez que este dispositivo veda o chamado “repique de vantagens”, o que não ocorre quando a pretensão do servidor é somente a consideração de verba inerente ao vencimento na base de cálculo de vantagem constitucionalmente consagrada, e não dupla acumulação. De fato, não é justo impedir o cálculo correto dos adicionais quando constatado um modo ilegítimo de proceder, que seria descrever aumento do vencimento como concessão de gratificações ou outras rubricas. Nesse sentido também foi o entendimento da Turma Especial da Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, nos autos de Assunção de Competência na Apelação Cível nº 0087273047.2005.8.26.0000, Relator Sidney Romano dos Reis, j. 18/05/2012: “(...) não há como se aceitar a tese de que o adicional apenas incide sobre o vencimento base do servidor público sem considerar as demais vantagens permanentes do cargo que ele ocupa e exerce. Esta interpretação não é consentânea com a melhor doutrina e jurisprudência e, acima de tudo, ofende os mais mezinhos princípios de Direito


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Constitucional e Administrativo, quais sejam, o da igualdade e da moralidade. É inadmissível que o Estado adote política remuneratória que, por vias transversas, acabe por tolher direitos assegurados na Carta Magna aos servidores e que encontram institutos equivalentes para os trabalhadores da iniciativa privada e correspondente a acréscimos salariais pelo tempo de serviços prestados à entidade empregadora. (...). O que se nota, na verdade, é que afóra o indigitado "salário base" outras verbas integram, de maneira regular e habitual, os vencimentos do servidor, ou seja, são verbas dotadas do caráter de permanente. E, muito embora tais verbas recebam a designação de "gratificação" não representam elas recompensas ou prêmio por serviço extraordinário, fora do habitual ou esporádico, mas, sim, retribuição comum pelos serviços prestados pelos servidores. Desta forma, imperioso que o adicional por tempo de serviço quinquênio incida sobre todas estas verbas que claramente integram o vencimento padrão do servidor de forma permanente. (...) Desse modo, assiste razão aos autores em seu pleito pelo recálculo da adicional por tempo de serviço designado por "quinquênio", inserindo-se em sua base de cálculo as gratificações e verbas dotadas de caráter permanente. Excluem-se, apenas, como já asseverado acima, tão somente aquelas vantagens de caráter eminentemente transitório ou eventual, percebidas pelo servidor em razão circunstâncias especiais e esporádicas, verbas que não integrem com habitualidade o vencimento do servidor" (Destaques no original). Esclarecedoras também são as palavras do Des. Ricardo Dip, por ocasião do mesmo julgamento: "Avista-se, pois, prevalecente nesta Seção de Direito Público o entendimento de que, nada obstante o nome de "gratificação", "prêmio", "adicional", sempre que um "acrécimo" remuneratório nominal não configurar, realmente, vantagem pecuniária acessória, mas, em vez disso, um reajustamento retributivo, então ele se agrega ao vencimento (no singular), é dizer: inere à sua substância: faz-se ela, ao invés de ser um mero seu acidente. Essa orientação consagrada pelo nosso Cadip e que, como visto, já foi empolgada pela autoridade desta Turma Especial-é tanto mais relevante para a espécie quanto se examine a metodologia da aprovação dos enunciados daquele órgão de apoio judicial." (AC 0087273-47.2005.8.26.0000-TJSP -Turma Especial -Voto RHMD 24.962) Não há que se falar em afronta ao princípio da harmonia e tripartição dos poderes, pois, neste caso, o*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Judiciário se limita a garantir o correto cumprimento de legislação vigente. Em face do exposto, conheço e acolho o Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei para fixar a tese de que o adicional por tempo de serviço (quinqüênio e sexta-parte) adquirido depois da Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, incide sobre o vencimento-padrão e sobre todas as verbas que claramente integram o vencimento do servidor de forma permanente, excluídas somente as verbas de natureza eventual e transitória, devendo o acórdão recorrido ser reformado naquilo que contrariar essa tese fixada por esta Turma de Uniformização. Incabível a condenação de qualquer das partes ao pagamento das verbas da sucumbência. Marcio Bonetti JUIZ RELATOR"

O acórdão paradigma determina que, para as os benefícios do quinquênio e da sexta parte, adquiridos após a Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, a incidência do cálculo deve ser sobre o vencimento-padrão e sobre as verbas que claramente integram o vencimento do servidor de forma permanente, excluídas somente as verbas de natureza eventual e transitória, o que deverá ser verificado em cada caso concreto.

Já para o quinquênio, como não teve a sua base de incidência definida pelo art. 129 da Constituição Paulista, deve ser buscada na lei e na jurisprudência, com consideração da supremacia dos princípios constitucionais, devendo ser composta pelo "salário-base" (padrão) e pelas verbas que claramente integram o vencimento do servidor de forma permanente, excluídas somente as verbas de natureza eventual e transitória.

Na prática, portanto, sendo o benefício adquirido antes ou depois de 1998, o que prevalece é o salário base, mais as verbas remuneratórias de caráter não eventual.

Sendo assim, os adicionais por tempo de serviço não podem somar, em sua base de cálculo, as vantagens pagas esporadicamente ou em razão de circunstâncias específicas e excepcionais, ou seja, aquelas que, em hipótese alguma, serão incorporadas aos vencimentos.

De todo o exposto, tem-se que os adicionais por tempo de serviço devem incidir sobre todas as gratificações e vantagens pecuniárias constantes dos demonstrativos de pagamento, incorporadas ou não, salvo as verbas eventuais, aquelas que, em hipótese alguma, serão incorporadas aos vencimentos, tais como restituição de imposto de renda



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

retido a maior, despesas ou diárias de viagem de funcionário a serviço, ajuda de custo, auxílio alimentação, auxílio-transporte, auxílio enfermidade, auxílio-funeral, e outras que tenham natureza assistencial e eventual.

Não incidem, ainda, sobre os ATS (Adicionais por Tempo de Serviço) – o próprio quinquênio e sexta-parte, para que não haja o efeito cascata vedado pelo art. 37, XIV, da CF.

No caso em tela, verifica-se que a parte demandante pretende que integrem a base de cálculo do adicional as seguintes vantagens: Gratificação Executiva, Piso Salarial - Reajuste Complementar e Prêmio desempenho individual.

De suma importância, pois, verificar-se se as parcelas supracitadas ostentam caráter geral ou têm origem em circunstância eventual e transitória.

1. Da Gratificação Executiva Executiva

A gratificação executiva, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 797 de 1995, caracteriza aumento geral de vencimentos, visto que, consoante seu artigo 1º, é concedida aos servidores indistintamente e ainda se estende a inativos e pensionistas conforme seu artigo 7º, o que implica seu cômputo para fins de apuração do quinquênio devido. É objeto da Súmula 134 do Tribunal, pela qual: “a gratificação executiva da Lei Complementar nº 797/1995 tem caráter genérico”.

Desta maneira, tendo a gratificação caráter genérico, integra a remuneração dos servidores em caráter regular, pois não é condicionada as condições especiais, excepcionais ou temporárias de trabalho, por isso integra a base de cálculo do quinquênio.

2. Do Piso Salarial - Reajuste Complementar

A parcela denominada Piso Salarial ou Reajuste Complementar se refere a um valor recebido pelo servidor com o escopo de que seu vencimento padrão atinja um piso salarial mínimo, sendo nítido o seu caráter permanente e salarial.

Nesse mesmo sentido são os julgados do TJSP:

APELAÇÕES - AÇÃO ORDINÁRIA - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
INATIVO - ALMOXARIFE - ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO
(QUINQUÊNIO e SEXTA PARTE) - Pretensão de incidência sobre os vencimentos
integrais - Sentença de procedência - Pleito de reforma da sentença - Não cabimento -


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Aplicação do disposto no art. 129 da CE/SP e dos arts. 108, 127 e 130 do Est. Func. Púb. Civis/SP (Lei Est. nº 10.261, de 28/10/1.968) - Cálculo dos benefícios que não deve incidir indistintamente sobre a integralidade dos vencimentos, mas sobre o salário base e as demais vantagens pecuniárias efetivamente percebidas a cada mês, que integram o padrão de vencimento, exceto as eventuais e as gratificações que incluem o adicional por tempo de serviço em sua base de cálculo - Ausência de violação ao artigo 37, XIV, da CF (...)“1. Piso Salarial - Reajuste Complementar - Destina-se a completar o valor do piso salarial sempre que o valor dos vencimentos do servidor for inferior, a fim de que o servidor não experimente redução salarial, de modo que integra a remuneração regular, tendo caráter permanente. Assim, deve integrar a base de cálculo dos quinquênios e da sexta parte.”

(TJSP - 1018258-91.2014.8.26.0053- 3ª Câmara de Direito Público Rel. Kleber Leyser de Aquino j. 08/05/2018).APELAÇÃO. AÇÃO DE RITO ORDINÁRIO. SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL. SEXTA PARTE. Pretensão ao recálculo para incidência sobre os vencimentos integrais, especialmente o Piso Salarial, Gratificação Executiva e Prêmio de Desempenho Individual. Art. 129 CE. Possibilidade, excluindo-se as vantagens eventuais, o próprio adicional temporal e as vantagens que a tenha inserido em sua base de cálculo. Inexistência de afronta ao art. 37, XIV, CF e art. 115, XVI, CE. Juros de mora calculados conforme o que dispõe a Lei 11.960/09. Correção monetária pelo IPCA-E. Tema 810 já julgado pelo STF. Sentença de procedência mantida. Recursos oficial e de apelação desprovidos.

“Com relação às verbas indicadas nestes autos, deve-se anotar que o piso salarial consiste em reajuste de vencimento, a fim de que a remuneração atinja o piso da categoria. A gratificação executiva tem nítido caráter genérico, assim como o prêmio de desempenho individual (PDI), que é pago regularmente, de acordo com o cargo ocupado e a função exercida pelo servidor. (...) Portanto, a base de cálculo da sexta-parte deve incluir, além do vencimento padrão, todas as vantagens pecuniárias supraindicadas, ficando excluídas somente as de caráter eventual, o próprio adicional temporal e as vantagens que já contenham o benefício em sua base de cálculo.”(TJSP- 1011884-92.2015.8.26.045 - 10ª Câmara de Direito Público Rel. Marcelo Semer j. 23/10/2017).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

3 – Do Prêmio Desempenho Individual

O Prêmio de Desempenho Individual, instituído pela LCE nº 1158/11, para os integrantes das classes regidas pela LCE nº 1080/08, é acréscimo de natureza pro labore faciendo e singular, sem feição de generalidade, pois sua atribuição depende da avaliação do resultado das atividades de cada servidor, considerado em suas singularidades de eficiência funcional, segundo critérios objetivos apontados pelo legislador. Tem, portanto, caráter propter laborem, não se incorporando ao vencimento.

Nesse sentido é o v. Acórdão (Apelação/Remessa Necessária n. 1034961-92.2017.8.26.0053), de lavra da e. relatora Heloísa Mimessi, datado de 28 de agosto de 2018, cujo trecho relevante é transcrito a seguir:

(...) "O art. 3º do Decreto Estadual n. 57.781/2012 e o art. 5º da Lei Complementar Estadual n. 1.158/11 permitem que se afira a natureza jurídica do mencionado acréscimo. Transcrevem-se: **Artigo 3º** - *O servidor fará jus à concessão do Prêmio de Desempenho Individual - PDI correspondente ao percentual obtido, anualmente, na Avaliação de Desempenho Individual, de que trata o Decreto nº 57.780, de 10 de fevereiro de 2012, durante o período de 1 (um) ano a partir do dia 1º de agosto de cada ano.* **§ 1º** - *Excepcionalmente o servidor fará jus a concessão de 50% (cinquenta por cento) do Prêmio de Desempenho Individual – PDI nos casos em que obtiver Avaliação de Desempenho Individual inferior a este percentual, se preencher cumulativamente os seguintes requisitos: 1. contar com pelo menos 2 (dois) terços de efetivo exercício no período considerado para a avaliação; 2. não ter sofrido penalidades administrativas no período considerado para a avaliação.* **Artigo 5º** - *O PDI será pago na conformidade do resultado obtido em Processo de Avaliação de Desempenho Individual, levando-se em consideração a atuação pessoal do servidor no desempenho de suas atividades, observados os níveis de enquadramento do cargo ou da função-atividade.* **§ 1º** - *O servidor que estiver nomeado, admitido ou designado para o exercício de cargo ou função de comando será avaliado nessa condição, não se considerando o nível de enquadramento do cargo ou da função-atividade.* **§ 2º** - *O Processo de Avaliação de Desempenho Individual, de que trata o “caput” deste artigo, será realizado anualmente, de acordo com normas e critérios a serem estabelecidos em decreto, mediante proposta*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

*do Secretário de Gestão Pública, a ser apresentada no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação desta lei complementar. Ao estabelecerem que a concessão do PDI está relacionada ao resultado de avaliação de desempenho individual, os citados dispositivos legais deixam certo tratar-se, tal acréscimo, de verba de natureza *pro labore faciendo* e singular, sem características de generalidade, porquanto sua atribuição depende da avaliação do resultado das atividades de cada servidor, abalizado em suas particularidades de eficiência funcional, conforme critérios objetivos assinalados pelo legislador. Até mesmo o pagamento do valor de 50% do PDI para o servidor que obtiver Avaliação de Desempenho Individual inferior a este percentual, da forma prevista no § 1º do art. 3º do Decreto Estadual n. 57.781/2012, está condicionado ao preenchimento dos requisitos previstos em seus itens 1 e 2. Nessa esteira, inúmeros precedentes desta Corte, dentre eles: Apelação n. 0004327-18.2013.8.26.0071, Relator Desembargador Vicente de Abreu Amadei, 1ª Câmara de Direito Público, j. 09/09/2014; Apelação n. 0019078-64.2013.8.26.0053, Relator Desembargador Luiz Sérgio Fernandes de Souza, 7ª Câmara de Direito Público, j. 23/06/2014; Apelação n. 1018259-76.2014.8.26.0053, Relator Desembargador Décio Notarangeli, 9ª Câmara de Direito Público, j. 1º/10/2014; Agravos Internos n. 1009693-41.2014.8.26.0053/50000 e 1009693-41.2014.8.26.0053/50001, Relator Desembargador Luís Ganzerla, 11ª Câmara de Direito Público, j. 02/12/2014; Apelação n. 0023595-15.2013.8.26.0053, Relator Desembargador Oscild de Lima Junior, 11ª Câmara de Direito Público, j. 25/03/2014. Portanto, o PDI **não deve ser incluído na base de cálculo dos adicionais temporais**".*

Diante do exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil e parcialmente procedente o pedido, para condenar a ré a considerar, também, na base de cálculo do quinquênio da parte autora, o "Reajuste Complementar e a "Gratificação Executiva", bem como a pagar as diferenças decorrentes da alteração da base de cálculo, nos termos aqui definidos, desde 05 anos contados retroativamente a partir da propositura da ação, incidindo: correção monetária, de acordo com o IPCA-E, e juros de mora, desde a citação, nos termos da caderneta de poupança, conforme se decidiu no julgamento do RE 870.947, relativo ao Tema 810, d.j. 20.09.2017. Não há necessidade de se aguardar o trânsito em julgado da tese fixada pelo E. STF, no



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

RE 870947, à qual se deve observância imediata, conforme sinalizado pelo próprio E. STF (cf. Rcl nº 3.632 AgR/AM, rel. Min. Eros Grau; ARE nº 930.647 Agr/PR, rel. Min. Roberto Barroso; RE nº 781214 AgR/Sp e 612.375 AgR/DF, ambos rel. Min. Dias Toffoli). Apenas se faz a observação de que, caso haja modulação pelo STF, em sede de cumprimento de sentença, deve ser observado no cálculo o que ficar decidido, por se tratar de matéria de ordem pública.

A sentença é líquida, pois simples cálculo aritmético será capaz de apontar o valor, não sendo necessário cálculo do contador ou liquidação (vide artigo 475-B do CPC).

Determino, ainda, o apostilamento e, para a execução do débito, reconheço a sua natureza alimentar, pois parte de vencimentos.

Em caso de eventual cumprimento de sentença, a parte autora deverá instruir seu pedido com os holerites correspondentes a todo o período cobrado.

Sem verbas sucumbenciais (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P I

São Carlos, 03 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**